

A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL COMO TERRITORIALIDADE ESTRATÉGICA NO SETOR DA CANA-DE-AÇÚCAR NO BRASIL E DA PALMA AZEITEIRA NA COLÔMBIA¹

Robinzon Piñeros Lizarazo²

RESUMO

No entendimento da mundialização e territorialização do capital do agrohídronegócio, acreditamos que o aumento da produção de agrocombustíveis no século XXI se integra dialeticamente ao metabolismo do capital na tentativa de alavancar um regime que aumenta o controle corporativo da agricultura. Nesse âmbito temos a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) ou Corporativa (RSC) que nas últimas duas décadas tem se convertido em uma ação recorrente, incrustada na estrutura organizacional de multinacionais e empresas de menor porte no intuito de maximizar o lucro através da atuação nas esferas social e cultural nos territórios onde plantam, processam e distribuem as mercadorias. Desse modo, esse artigo objetiva apresentar análises preliminares da territorialização estratégica de empresas canavieiras no Pontal do Paranapanema (São Paulo, Brasil), e da palma de azeite nos departamentos de Meta e Casanare (Colômbia). A metodologia baseia-se em uma análise crítica do discurso dos produtos escritos da RSE (relatórios, publicações impressas e digitais, facebook) das empresas presentes nos territórios pesquisados, contrastados com o material coletado em trabalho de campo junto a comunidades, sindicatos e trabalhadores (entrevistas, fotografias etc.). As considerações finais apontam para expor as estratégias das empresas em atingir à comunidade “afetada” através do mercado de trabalho, gerindo a mobilidade do trabalho de grupos sociais como os jovens por meio de programas sociais que controlam circuitos de formação e educação, assim como de moradia. Ao final, consideramos que essas ações empresariais são estratégias para o controle da reprodução da força de trabalho.

Palavras chave: Responsabilidade Social Empresarial (RSE), agrohídronegócio, territorialização estratégica, palma azeiteira, cana-de-açúcar.

Introdução

O notado avanço no decorrer do século XXI da área plantada de algumas monoculturas está atrelado, em diferente medida, aos seus múltiplos usos (cultivos flexíveis ou fator “F”) como matéria prima para a produção de agrocombustíveis (*fuel*), alimentos processados (*food*) e ração animal (*feed*), ainda mais, como fibra (*fiber*). A América Latina tem se destacado nesse cenário como uma das mais importantes regiões de plantio e agroprocessamento de cana-de-açúcar e oleaginosas como a soja e a palma azeiteira (dendê), as quais têm aumentado exponencialmente o plantio e o agroprocessamento, seja para o mercado interno, seja como *commodity* comercializada no mercado global.

¹ As reflexões apresentadas neste texto estão baseadas nos resultados preliminares da pesquisa de doutorado sob orientação do Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, Processo FAPESP N° 2015/10470-0.

² Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista/Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente (UNESP/FCT) email: robinzonp@gmail.com

O destaque da América Latina se fundamenta no acúmulo histórico de países como Brasil e Argentina com o desenvolvimento do agrohidronegócio da cana-de-açúcar e a soja, esses dois países possuem as maiores áreas plantadas mundiais dessas monoculturas e grandes investimentos de capitais nacionais e multinacionais. Ao lado desses casos, destacam-se países com investimentos de capitais da soja para compra de terras, plantio e agroprocessamento como Uruguai, Bolívia e Paraguai. Do outro lado, a palma azeiteira despontou em vários países da América do Sul e Central, particularmente na Colômbia, país que na última década passou a ocupar o quarto lugar na produção de óleo de palma (*Oil palm*) no mundo.

No entendimento da mundialização e territorialização do capital do agrohidronegócio, acreditamos que o aumento da produção de agrocombustíveis no século XXI se integra dialeticamente ao metabolismo do capital na tentativa de alavancar um regime que aumenta o controle corporativo da agricultura, entendida como energia oriunda da biomassa, seja para a produção e troca de alimentos para humanos e animais ou para agrocombustíveis (automóveis, ônibus, caminhões etc.) (OLIVEIRA, 2016; THOMAZ JUNIOR, 2009).

Nesse sentido, o regime agroalimentar alicerçado pelo neoliberalismo passou a fortalecer o controle corporativo dos territórios, nos quais explora e controla trabalho, água, terra e outros recursos naturais (MCMICHAEL, 2016; THOMAZ JUNIOR, 2009). A ordem mundial oriunda dessa fase de desenvolvimento do capital reproduz a assimetria de poder Norte-Sul, colocando o Sul global como a maior fazenda mundial de energia, controlada institucionalmente pelo capital financeiro através das empresas transnacionais (ET), o Investimento Estrangeiro Direto (IED), das instituições financeiras internacionais (IFI) e as instituições multilaterais como a Organização Mundial do Comércio (OMC). Concomitante disso estão se multiplicando os casos referentes à criação de instituições privadas multilaterais controladas diretamente por ET que atingem à lógica da governança do capital, que, segundo os seus defensores e ideólogos, é uma atuação ética capaz de criar normas para a administração das consequências negativas da reprodução do capital, ou seja, a exploração do trabalho e os danos ambientais (CLAPP; FUCHS, 2009).

Nesse âmbito temos a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) ou Corporativa (RSC) que nas últimas duas décadas tem se convertido em uma ação recorrente, incrustada na estrutura organizacional de multinacionais e empresas de menor porte no intuito de maximizar

o lucro através da atuação nas esferas social e cultural nos territórios onde plantam, processam e distribuem as mercadorias. De acordo com Acselrad (2016) a RSE faz parte do entendimento neoliberal do livre-mercado e suas virtudes, comparecendo como uma lógica estratégica de não mercado, ou seja, é um tipo de “territorialização estratégica” dos monopólios no intuito de controlar os fatores não mercantis na produção e na circulação. Portanto, a relação Capital-Estado-Trabalho é entendida através da atuação do Estado na criação das condições para que a relação Capital-Trabalho seja diretamente regulamentada pelos atores ou agentes envolvidos, de fato, a hegemonia do capital se torna em uma ordem moral alavancada pela mão invisível do mercado que constitui uma ordem mundializada que organiza os envolvidos, onde, teoricamente, o Estado é apenas um ator que observa.

A Responsabilidade Social Empresarial (RSE) como inovação organizacional do Capital

A relação social entre empresa capitalista e sociedade está mediada pelo poder para reproduzir a acumulação de capital. Desse modo, o poder é uma relação de violência e de consenso desenvolvida tanto no local de trabalho, quanto fora deste. Dito isto, a Responsabilidade Social Empresarial faz parte dessa relação de poder, e tem antecedentes nas formas históricas das relações de classe que abrangem o paternalismo, a filantropia e a caridade.

Tais formas históricas destacam as estratégias da classe dominante para exercer hegemonia, a qual é materializada por meio de formas de consenso ou pactos de classe baseados em retribuições não econômicas ou extra-econômica. Quer dizer, vão além do pagamento do trabalho pela via do salário e se inserem na esfera da reprodução social da classe trabalhadora para fortalecer uma ordem social que se fundamenta nos vínculos de dependência baseados na tradição, religião e dádivas, entre outros fatores. Nessa seara está o paternalismo, analisado por Thompson (1991) no cenário da sociedade inglesa do século XVIII, na qual acontece uma subordinação das “mentalidades populares” em benefício da acumulação e a ordem política (THOMPSON, 1991, p. 46). Outros autores pesquisaram a filantropia como um tipo de relação induzida pelos empresários capitalistas do século XIX e XX por meio da criação de fundações e programas de assistência social (saúde, educação e lazer) para os seus trabalhadores e a sociedade em geral, apropriando as funções do Estado na atenção da questão social (RAMIRO; PULIDO, 2009). Junto destes tipos de relação entre classes sociais também comparece a caridade religiosa, a qual vai se atrelar ao o paternalismo

e à filantropia, criando modos particulares de controle e disciplinamento dos trabalhadores com a ajuda dos princípios católicos e/ou protestantes (ARANGO, 1991).

Na América Latina a caridade como fundamento da relação patrão-trabalhador foi influenciada pela crença dos empresários e pela notada influência da igreja católica e sua doutrina social, proposta desde o século XIX no intuito de favorecer aos empresários contendo as formas que contornavam a luta de classes. Muitas às vezes, essa doutrina foi alimentada pela contenção do avanço das ideias socialistas, comunistas e anarquistas que os migrantes europeus difundiram entre a classe trabalhadora. Isto é, desde os finais do século XIX a igreja alicerçou o controle moral da classe trabalhadora através da disputa pelo controle dos seus órgãos de representação como os sindicatos e da administração de instituições de serviço social (GINIGER, 2014)³.

Contudo, ao centrarmos nosso foco no controle do trabalho acionado pela RSE, temos que a existência de relações paternalistas, filantrópicas ou de caridade atrelam-se com os modelos da Organização Científica do Trabalho (OCT) do Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. Esses modelos de OCT aparecem desde os finais do século XIX com a finalidade de racionalizar a produtividade, a extração de mais-valia, pela via do controle do tempo, tanto no local de trabalho por meio do movimento-qualificação, quanto no tempo livre, na esfera da reprodução. Decorrente disso, a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, junto às manobras organizacionais para enfrentar e fragmentar a classe trabalhadora faz que o capital passe a controlar a amplitude do processo de trabalho pela via do assalariamento puro ou pelas outras vias da subsunção, ou seja, da subordinação de formas de trabalho capitalistas e não capitalistas.

O conjunto de relações sociais racionalizadas e personalistas que estão no centro da organização do trabalho capitalista, traz como resultado que o controle fique no comando da empresa moderna, institucionalizada pela via da divisão técnica do trabalho (BRAVERMAN, 1977, p. 221). Isto reflete na mudança da forma de administração pessoal e limitada do paternalismo, para uma mais racional que organiza o processo de trabalho através de três formas de controle. O primeiro tem a ver como a mercadologia, o segundo é a estrutura da gerência interna e por último está a coordenação social.

³ Segundo Giniger (2014) a Doutrina Social da Igreja aparece no século XIX com a encíclica *Rerum Novarum* do papa Leão XIII, já, aos finais do século XX essa doutrina é renovada durante o avanço do neoliberalismo com as encíclicas intituladas *Laborem Exercens* (Sobre o trabalho humano), *Sollicitudo rei socialis* (Sobre os problemas atuais do desenvolvimento da humanidade) e a *Centesimus Annus* (Aos cem anos do *Rerum Novarum*) de João Paulo II.

A mercadologia leva a que a empresa moderna se concentre no aumento do caráter induzido ou manipulatório da demanda, intervindo na concorrência capitalista de mercado. No segundo aspecto a empresa se organiza pela mediação da gerência na exploração da força de trabalho, disfarçando a relação com o capitalista, isto é, a administração se torna “um processo de trabalho efetuado para fins de controle no seio da empresa” (BRAVERMAN, 1977, p. 228). O controle ultrapassa o local de trabalho e se projeta na complexidade da divisão social do trabalho que opera nas “massas em delicado equilíbrio”, ou seja, a administração tanto dos trabalhadores assalariados, quanto daquelas camadas como os desempregados, as crianças, jovens, mulheres etc. que garantem a reprodução, disponibilidade e consumo da classe trabalhadora. Respeito dessa função de coordenação social Braverman agrega:

Uma vez que a sociedade capitalista resiste e de fato não tem meios para desenvolver um mecanismo geral de planejamento para proporcionar esta coordenação social, muita dessa função pública passa a ser assunto interno da empresa. Isto (...) surge simplesmente em virtude do gigantesco tamanho e poder das empresas, cujo planejamento interno transforma-se, de fato, num rústico sucedâneo para o necessário planejamento social” (BRAVERMAN, 1977, p. 229)

Em síntese, os modelos de administração toyotista, taylorista ou fordista e suas possíveis junções com as formas do paternalismo são constituintes das formas históricas da relação entre as classes sociais até hoje. Assim, ao enxergarmos o controle subjacente nessas relações nos apoiamos na análise do processo de trabalho pela geografia, compreendendo que a organização do trabalho se organiza espacialmente, porém, o espaço é condição de reprodução. Isto é, o espaço geográfico

é esse quadro de organização, onde os meios de produção se dispõem na distribuição territorial adequada à reprodução e encarnam a própria forma como a segunda natureza se modeliza como condição de produção. O exemplo mais típico é a divisão territorial do trabalho, onde o arranjo do espaço organiza e orienta todo o movimento reprodutivo da relação do homem com a natureza num processo metabólico de intercâmbio de forças e mudanças de forma. (MOREIRA, 2009, p. 51)

Já, no sentido metodológico, a análise do controle do trabalho terá que ser contextualizada levando em consideração que a introdução e utilização dos ‘modelos produtivos’ é “lenta, desigual e combinada” (ALVES, 2011, p. 34). Em decorrência disso, a divisão territorial do trabalho contém a correlação de forças das classes, materializada nas estratégias produzidas pelo setor produtivo específico e/ou a empresa particular, assim como as estratégias de luta e resistência da classe trabalhadora.

Esse é o arcabouço que nos possibilita a análise da RSE e os interesses por trás das práticas e programas que a compõem, como reflexo do sociometabolismo do capital, que configura a mobilidade territorial do trabalho na fase atual de acumulação do agrohidronegócio, ou seja, as forças sociais, culturais e econômicas que atuam para que o indivíduo (camponês, trabalhador migrante, diarista etc.) se desloque em múltiplas escalas (multiescalaridade) para vender a sua força de trabalho ou o produto do seu trabalho (PIÑEROS, 2017; PIÑEROS: THOMAZ JUNIOR, 2016; THOMAZ JUNIOR, 2013).

A RSE faz parte da reestruturação do capital, entendendo-a como uma inovação organizacional que subsidia o planejamento e o controle integral do processo de trabalho na estrutura empresarial mundializada, seja como cadeia de valor global ou empresa transnacional (ALVES, 2011, p. 40; CLAPP; SUCHS, 2009). Como inovação organizacional, a RSE segundo Batista (2013) faz parte da ideologia organizacional capitalista da Teoria da Sustentabilidade, a qual tem três pilares: o desenvolvimento sustentável (DS), a governança corporativa (GC) e a responsabilidade social empresarial (RSE), a qual é uma totalidade que consiste

[...] em mais uma forma de ideologia organizacional na medida em que não supera os limites vitais que mantém a reprodução da sociabilidade capitalista e cuja função social é “reformá-la” na tentativa de reestruturar produtivamente a dinâmica do capital em busca de novas fontes de acumulação. (BATISTA, 2013, p. 57)

RSE e poder corporativo global e territorial

A RSE responde à eficácia corporativa para dar conta das novas formas de concorrência colocadas pela governança corporativa (*corporate govenance*) e os princípios do desenvolvimento sustentável empresarial no contexto da acumulação flexível (ALVES, 2011, p. 83). O resultado disso é a consolidação de uma ética empresarial subordinada ao capital financeiro representado pelos acionistas (*shareholders*), montado sob uma estrutura de governo global controlado pelas próprias corporações. Nesse cenário, a governança corporativa vai incorporar as dimensões sociais e ambientais como um aspecto da gestão sustentável, na qual aparecem as demandas dos afetados ou grupos de interesse (*stakeholders*), do qual fazem parte as comunidades atingidas pelas atividades empresariais, os fornecedores, os trabalhadores, as comunidades atingidas, entre outros. (CLAPP; SUCHS, 2009; UTTING, 2008; O'LAUGHLIN, 2008; WEISS, 2003).

De acordo com isso, a ação voluntária das empresas de incorporar na sua estrutura organizacional uma seção, programas e atividades encarregadas da Responsabilidade Social

nos alerta para compreendermos que esta não é apenas um tipo de “lavagem de impostos”. Portanto, é uma forma de consolidação da hegemonia do capital e suas bases ideológicas, se legitimando com ações estratégicas de interação empresa-sociedade com uma aparência ética, justificando os investimentos socialmente responsáveis (SARTORE, 2012).

Na prática, a ação voluntária e responsável da RSE tem duas faces inter-relacionadas. A primeira tem a ver com o poder corporativo no cenário da mundialização, quer dizer, a governança global exercida pelo Capital por meio de normas privatizadas como selos, certificações, códigos de conduta, boas práticas e outros. Esse conjunto de normas é regulado pelas associações do capital transnacional à margem dos estados, avaliando as condições de produção, distribuição e consumo que fazem parte da ideologia da sustentabilidade social e ambiental (CLAPP; SUCHS, 2009; O'LAUGHLIN, 2008; UTTING, 2008).

Existe outro tipo de certificações propostas por organizações multilaterais como a OIT e as Organização das Nações Unidas, nestas, as empresas se certificam cumprindo normas voluntárias como o Pacto Global (*Global Compact*) ou códigos de conduta como o proposto pelo Banco Mundial para os investimentos no agronegócio (FAO; IFAD; UNCTAD; BANCO MUNDIAL, 2010).

Por exemplo, o pacto global foi criado aos finais do século XX, como proposta do Kofi Annan aos empresários no Foro Económico Mundial de Davos diante a crise capitalista, apontando para a construção de um capitalismo com rosto humano (RAMIRO; PULIDO, 2009, p. 5). Atualmente, esse pacto certifica mais de 8.000 empresas em mais de 160 países (GLOBAL COMPACT, 2017).

A outra face corresponde à territorialização estratégica nos locais onde se desenvolvem as atividades de produção, distribuição e/ou consumo, ou seja, na relação empresa-afetados/grupos de interesse (stakeholders) (ACSELRAD, 2016). Nessa face, a empresa exerce hegemonia através da sociabilidade do capital, visando à consolidação da direção moral, intelectual e política da classe dominante (GRACIOLI; TOITIO, 2009). No nosso entendimento, essa face constitui a hegemonia empresarial nos territórios, se articulando com a face mundializada para constituir um controle social pela via do consenso, mediado pelas atuações em aspectos sociais, econômicos e ambientais junto com trabalhadores, comunidades, consumidores etc. Nesse interim, voltam em consideração as ações de coordenação social empresarial, atreladas ora aos modelos de organização do trabalho, ora às formas renovadas de paternalismo.

Esses entendimentos teóricos e políticos vão nos permitir a compreensão da insustentabilidade⁴ das ações de RSE do agrohidronegócio nos dois casos estudados, de empresas canavieiras no Pontal do Paranapanema (São Paulo, Brasil), e da palma de azeite nos departamentos de Meta e Casanare (Colômbia).

O avanço do agrohidronegócio dos cultivos flexíveis na América Latina e sua territorialização estratégica

O poder corporativo na recente fase de internacionalização dos alimentos (processados e matérias primas) é potenciado e cobiçado pelos acordos comerciais no marco da OMC, os Tratados de Livre Comércio e as políticas da União Europeia (Política Agrícola Comum) e dos Estados Unidos (Farm Bill). Essa organização do comércio mundial suscitou a fase de acordos bilaterais de exportação de excedentes e tecnologia agrícolas até os finais do século XX, nesse século XXI o papel dominante é das corporações do Norte (MCMICHAEL, 2016; OLIVEIRA, 2012; THOMAZ JUNIOR, 2009).

Nesse início do século XXI as *commodities* agrícolas, encontram-se estruturadas em cadeias de valor global ou complexos (oleaginosas, carnes, açúcar, óleo de palma etc.) controladas, desde a produção até a troca, pelo capital mundializado das corporações do agrohidronegócio. O poder corporativo atua no mercado de insumos químicos e sementes das quais se destaca Monsanto, Syngenta, Dupont, Bayer, BASF; de maquinaria agrícola como Jhon Deere, Massey Ferguson, New Holland, Kubota, Case IH etc.; as corporações que comercializam (*traders*) com destaque para o grupo ABCD conformado por Archer Daniels Midland, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus, além do grupo Wilmar International de Cingapura; e os varejistas (*retailers*) que controlam os padrões de qualidade das mercadorias que vendem nas gôndolas dos seus supermercados globais (Walmart, Carrefour etc.).

Subsidia esse processo de monopolização o aumento dos preços do petróleo e dos alimentos aos começos do século XXI, o que impulsionou os capitais financeiros mundializados para se interessarem nos investimentos no setor do agrohidronegócio e compra de terras (RUBIO, 2015). Outra consequência oriunda dos altos preços do petróleo vem do apoio multilateral (FAO, Banco Mundial, BID) e estatal para a produção de agrocombustíveis, focado na agenda de mudança de matriz energética.

⁴ Cfr. Mészáros, 2007.

A justificativa ideológica das políticas públicas para alavancar os agrocombustíveis tem sido a sustentabilidade e o cuidado do meio ambiente, sendo que o objetivo central, de novo, é a administração da crise capitalista (MÉSZÁROS, 2011). Mais uma vez, o desenvolvimento desigual do capitalismo concentra no Norte o consumo de energia (alimentos e combustíveis) e as emissões poluentes, enquanto desloca para o Sul a produção de cultivos flexíveis, os quais têm como característica que podem ser comercializadas em diferentes mercados seja de *commodities*, de agrocombustíveis, de subprodutos para a indústria (plástico, fibra etc.) ou como bônus de carbono (BORRAS JR *et al.*, 2014).

Em decorrência dessas políticas, as lavouras para a produção de açúcar, oriunda da beterraba e especialmente da cana-de-açúcar, junto as lavouras para a produção de óleo/azeite oriundo de oleaginosas como milho, soja, palma azeiteira e canola, começaram a aumentar a área plantada no mundo todo desde o ano 2005, segundo Rubio (2016, p.154), mais do que outras lavouras para o consumo alimentar como o arroz, trigo e feijão.

Nesse cenário, América Latina destaca-se por ter a maior área plantada de três desses cultivos, e nesta, América do Sul concentra grande parte desses cultivos, como apresentado na Tabela 1. A soja plantada na Argentina e no Brasil, somada à área da Bolívia, Paraguai e Uruguai somam para 2014 mais da metade da área plantada no mundo. Entretanto, a cana-de-açúcar representa um pouco menos da metade da área plantada no mundo, sem dúvida, esse destaque é produto da área plantada do Brasil, o maior produtor de açúcar do mundo e o segundo de etanol, e das novas áreas e plantios em outros países como Argentina, Colômbia, Peru e países da América Central. A palma azeiteira mostra um avanço importante no norte de América do Sul e América Central entre 2005 e 2014, inclusive, no ranking mundial de países produtores de óleo de palma Colômbia, Equador e Honduras estão entre os primeiros dez países produtores depois de Malásia e Indonésia, países também do Sul Global (FAOSTAT, 2017).

**Tabela 1. Área plantada cultivos flexíveis na América Latina
(ha x 10.000)**

Cultivo/Ano	Mundo			América Central			América do Sul			Caribe		
	2005	2010	2014	2005	2010	2014	2005	2010	2014	2005	2010	2014
Soja	9.257	10.285	11.755	11	17	23	4.023	4.618	5.568	-	-	-
Cana-de-açúcar	1.971	2.375	2.712	122	125	139	703	1.024	1.181	68	58	64
Palma azeiteira fruto	1.291	1.615	1.870	18	26	38	42	57	76	1	2	2

Fonte: FAOSTAT, 2017 Organização: PIÑEROS (2017)

O avanço desses cultivos flexíveis na América Latina é reflexo da territorialização em áreas consideradas de pouca ou baixa “produtividade” e/ou “densidade populacional”, por exemplo, fronteira agrícola, terras devolutas e griladas, latifúndios, florestas e territórios camponeses, indígenas e quilombolas, entre outros. Logo da implantação de uma divisão territorial do trabalho do agrohidronegócio, essas áreas ficam sob o controle dos capitais nacionais e internacionais que fazem um uso corporativo do território (SILVEIRA, 2014; SILVEIRA, 2007).

O território corporativo está atrelado às escalas e normas (selos, certificações, códigos etc.) das cadeias de valor de cada um dos mercados nos quais se inserem os produtos dos cultivos, seja como commodity, seja como agrocombustível ou outro subproduto. A organização corporativa do território pautada pela adequação para o plantio, agroprocessamento, armazenamento e escoamento dos produtos do agrohidronegócio, pode ser entendida como o controle da infraestrutura que suporta essas funções (rodovias, portos, usinas, plantios etc.). Além disso, o controle possui outra faceta que é do nosso interesse, essa que tem a ver diretamente com a (re) produção da força de trabalho, isto é, o controle da classe trabalhadora através de formas de organização, utilização e circulação da população que mora ou transita nesses territórios como trabalhador de diferente categoria, função e temporalidade, assim como dos desempregados, famílias, mulheres, jovens e crianças, entre outros (PIÑEROS, 2017; THOMAZ JUNIOR, 2013; GAUDEMAR, 1977).

Eis a territorialização estratégica que se municia da hegemonia agenciada pela RSE para controlar a mobilidade/imobilidade da classe trabalhadora, seja no processo produtivo ou na esfera da reprodução (ACSELRAD, 2016). Sem dúvida, essa hegemonia controla territorialmente o acesso ao mercado de trabalho do agrohidronegócio, assim como a reprodução da força de trabalho (tempo livre, família, juventude, infância etc.). Também está composta pelas relações entre classes para ter controle e acesso a recursos como água, bosques, terra, estradas etc., que podem estar pautados por valores de uso comunitários ou tradicionais (bens comuns).

Estamos diante de novas e renovadas formas de controle ou coordenação social, que utilizam pactos políticos com autoridades locais e nacionais, até a persuasão e o consenso veiculados por profissionais das ciências humanas, sociais e administrativas (serviço social,

sociólogos, antropólogos, geógrafos, cientistas políticos etc.) e lideranças que entram como quadros empresariais na relação empresa-comunidade.

A RSE no Pontal do Paranapanema (Brasil) e os departamentos de Meta y Casanare (Colômbia)

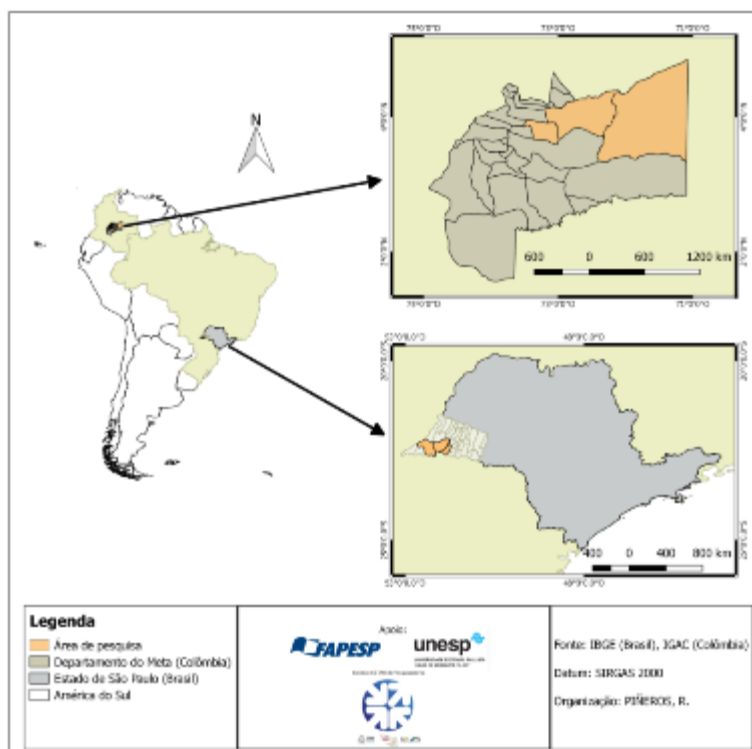
Como foi apresentado, o avanço do agrohidronegócio para aumentar a área plantada e a produtividade de cultivos e agroprocessamento atrela formas de controle da terra, recursos, infraestrutura e população. No intuito de apresentar a configuração do poder corporativo mundializado do agrohidronegócio e seus desdobramentos no setor da cana-de-açúcar no Brasil e da palma de azeite na Colômbia para a produção de commodities e/ou agrocombustíveis, vamos a analisar alguns programas de RSE como uma estratégia de regulação da relação Capital-Trabalho nos territórios estudados (Mapa 1).

No Brasil, o estado de São Paulo possui 55% da área plantada com cana-de-açúcar do país, ou seja, 6,1 milhões de ha, sendo que, no Pontal do Paranapanema, no extremo Sudoeste do Estado, houve saltos de crescimento significativos com referência ao período de 2002 a 2009, que passou de 70.305 ha para 342.000 ha (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 311). Em virtude desse crescimento da área plantada, na região, no começo do século XXI existiam dez plantas agroprocessadoras ativas, porém, segundo Barreto (2012), como consequência da tendência à concentração do capital, ocorre o processo de territorialização protagonizado por novos grupos empresariais, os quais adquiriram unidades agroprocessadoras e construíram outras, com a tecnologia para impulsionar a produção de etanol, além da cogeração de energia (BARRETO, 2013, p. 50-55). Esses grupos são a Odebrecht⁵ e o grupo norueguês UMOE/Bioenergy⁶, os quais da mesma forma que ampliaram investimentos, como a Odebrecht que construiu a unidade Conquista do Pontal em Mirante do Paranapanema, por outro lado encerraram atividades de outras usinas, como a Paranapanema II do grupo UMOE, em 2011, e a Alcídia de propriedade da Odebrecht, em 2014.

Mapa 1 - Localização das áreas de pesquisa

⁵ Destilaria Alcídia, em Teodoro Sampaio, em 2007.

⁶ Destilaria Paranapanema I, no município de Narandiba; e Destilaria Paranapanema II, em Sandovalina, ambas em 2007.



Esses arranjos do capital mostram as continuadas formas de demarcação do território, sendo, pois, a garantia da sua permanência no mercado, através da expansão da monocultura, conservando a posse da terra grilada, explorando o trabalho, disputando territórios camponeses e de assentamentos oriundos da luta pela terra (THOMAZ JUNIOR, 2009).

Já, na Colômbia o monocultivo de palma azeiteira no Leste do país, na região denominada de *Llanos Orientales* ou recentemente como Altillanura (Figura 2) concentra atualmente a maior quantidade de terras para a extração de óleo de palma e seus derivados (FEDEPALMA, 2015). Essa região possui, além dos plantios existentes até hoje, um potencial de desenvolvimento agrícola e pecuário pelas planícies favoráveis à mecanização e pela disponibilidade de terra, constituída por grandes extensões de terras devolutas, florestas, produção camponesa e de comunidades indígenas. O aproveitamento produtivo dessa região, nas últimas duas décadas, está alicerçando o reordenamento territorial do espaço produtivo colombiano com os arranjos do agrohidronegócio, apoiado pelas políticas de desenvolvimento rural (COLOMBIA, 2011), investimento público e privado, e pela espoliação militar, judicial e econômica realizada pelos exércitos de paramilitares⁷ e a guerrilha⁸ (MONDRAGÓN, 2008; FAJARDO MONTAÑA, 2014).

⁷ O paramilitarismo na Colômbia emerge na década de 1980, como exércitos contra as guerrilhas (FARC, ELN, EPL), associados ao interesse dos latifundiários, companhias nacionais e internacionais, elites políticas regionais, forças armadas oficiais e o narcotráfico (CUBIDES, 2004). O *modus operandi* político-militar foi retirar o apoio popular, assassinando e massacrando a população em geral, lideranças sociais,

Nessa tendência, o plantio de palma azeiteira teve o mais expressivo aumento nos últimos 20 anos, demonstrável através dos dados da área plantada e do investimento de capital público e privado. No período 1994-2013, a Colômbia passou de 125.000 ha para 476.782 ha plantadas, isto é, um aumento de 3,8 vezes, com destaque para a região Leste⁹, que, nesse mesmo período, passou de 47.535 ha para 177.849 ha (274% ou 3,7 vezes), convertendo-se, de fato, na maior área plantada do país (FEDEPALMA, 2015).

Os Departamentos de Meta e Casanare fazem parte dessa região e possuem as maiores áreas de plantio do país, sediam três unidades agroprocessadoras de Biodiesel¹⁰ do país, a Planta Manuelita Aceites y Energía, La Paz e BioD, além disso está o município de San Carlos de Guaroa que possui a maior área plantada do país com 45.000 ha. As duas primeiras estão sediadas no município de San Carlos de Guaroa e segundo Fedebiocombustibles (2016), Manuelita processa biodiesel do fruto extraído de 38.585 ha e La Paz de 21.472 ha. BioD processa 36.810 ha oriundas das plantações dos investidores, um grupo de empresários da palma do Norte do Meta e Sul do Casanare. A planta de está localizada a 170 km das plantações de palma, no município de Facatativá (departamento de Cundinamarca), próximo de Bogotá e dos compradores que misturam o agrodiesel com o Diesel.

Contudo, esses fatos e as pesquisas de projeção de crescimento da área de plantio baseadas nos zoneamentos ambientais mostram que o avanço no sentido Leste do país vai continuar (MINAMBIENTE-FEDEPALMA, 2011). Outros fatores que fundamenta esse avanço territorial são o apoio com crédito público para o plantio de palma azeiteira e as políticas de exportação e de utilização de agrodiesel misturado em proporção variável entre 5% e 10% colocado na lei 939 de 2004 (PIÑEROS, 2015).

Manuelita, moradia para a imobilidade da força de trabalho

O grupo empresarial Manuelita colombiano o identificamos como uma translatina do agrohidronegócio, no sentido que o grupo possui empreendimentos em diferentes cadeias de

sindicalistas e camponeses, garantindo um domínio territorial que se aprofundava com o desterramento de camponeses e a apropriação de fato ou jurídica das terras.

⁸ A complexidade e a justaposição dos fatores atuantes na espoliação da terra, na Colômbia, foram descritas no livro da Comisión Nacional de Reparación y Reconciliación – CNRR –, intitulado *El Despojo de Tierras y Territorios. Una Aproximación Conceptual* (2009). Além disso, outros trabalhos e pesquisas se vêm realizando, com o escopo de analisar esses mecanismos e as estratégias para garantir o retorno à terra aos camponeses *desplazados* pelo conflito armado.

⁹ A regionalização referenciada foi efetivada pela Federación Nacional de Cultivadores de Palma (FEDEPALMA), baseada em pesquisas feitas em 1997 e 2007, além de um censo de plantios feito em 1997-1998. A região Leste é formada pelos departamentos de Meta, Casanare e Caquetá, mais dois municípios do departamento de Cundinamarca (FEDEPALMA, s.d.).

¹⁰ A usina é de propriedade do Grupo Empresarial Manuelita, um dos mais importantes grupos canavieiros da Colômbia, e faz parte da rede de usinas de produção de Biodiesel espalhadas pelo país.

valor global como açúcar, azeite de palma, frutas e mariscos, com investimentos na Colômbia, Peru, Chile e Brasil (MANUELITA S.A., 2017). Essa nomenclatura é oriunda da mobilidade de capitais de grupos latino-americanos que a partir dos anos 1990 expandiram seus investimentos para diferentes países e setores agroalimentares, aproveitando as condições criadas pelas políticas neoliberais e, posteriormente, neo-desenvolvimentistas de países como o Brasil (GORESTEIN; ORTIZ, 2016).

O discurso de sustentabilidade corporativa é apropriado pelo Grupo Manuelita se filiando no Global Compact da ONU desde 2010. Vale a pena destacar que essa certificação não é uma exigência obrigatória de mercados internacionais, mas tem se convertido em uma estratégia de governo corporativo global agenciado pela ONU, criando uma ideia de transparência com o cumprimento voluntário dos dez princípios, agrupados em três temas (Direitos Humanos, Condições de Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção), seguido da publicação de relatórios anuais ou bianuais que são divulgados no site das empresas¹¹ e do Global Compact¹².

Figari y Giniger (2014, p. 51) afirmam que o objetivo desta certificação faz parte de uma ordem “cívico/pública que garante/legitima o benefício privado, portanto

El gobierno de las grandes corporaciones en la globalización, y la interlocución que asume el Pacto [Global] hacia ellas, a través de un conjunto de principios y recomendaciones, establece bases para configurar una suerte de “Pacto social corporativo” (FIGARI; GINIGER, 2014, p. 50)

De acordo com o apresentado no relatório 2015-2016 a sustentabilidade da empresa é entendida como uma conta contábil ou gasto que agrupa três investimentos: social, ambiental e econômico. A linguagem empresarial que organiza essa interpretação está atrelada aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU:

Hemos identificado ocho Prioridades de Sostenibilidad, que corresponden a objetivos estratégicos de la organización. Cada una de estas prioridades está enmarcada dentro de la triple cuenta de sostenibilidad, lo que permite enfocarnos a ser una empresa cada vez más responsable y sostenible en el tiempo. (MANUELITA S.A., 2017, p. 21)

Nessa política de sustentabilidade aparece a RSE como compromisso com os grupos de interesse (*stakeholders*) em cada setor de investimento. Essa é a única empresa do complexo palmeiro do Leste da Colômbia que tem essa certificação, no entanto, esta cobiça

¹¹ <https://www.unglobalcompact.org/what-is-gc/participants/10444-Manuelita-S-A-#cop>

¹² <https://www.unglobalcompact.org/what-is-gc/participants>

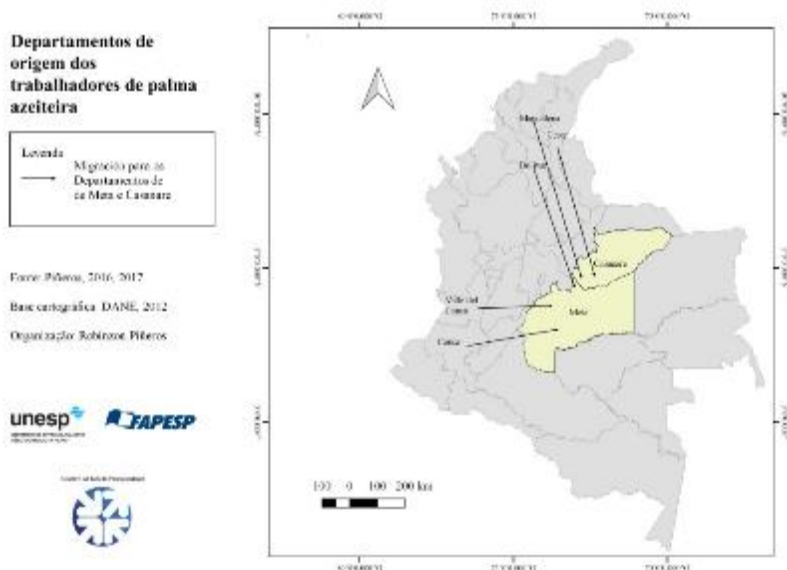
todo o processo produtivo que integra os fornecedores de fruto, quer dizer, a outros empresários de menor porte que vendem o fruto para a extração de azeite ou de agrodiesel. De acordo com o relatório de atividades de 2012 os fornecedores de fruto somavam o 66% dos hectares agroprocessados por Manuelita no departamento de Meta (MANUELITA S.A., 2013, p. 27).

Nessa estrutura do processo produtivo comparece a concentração de capital em grupos que conseguem agroprocessar tanto o óleo, quanto o agrodiesel em plantas agroindustriais diferenciadas. Essa dominância se potenciou a partir de 2009 com a abertura do mercado de agrodiesel e a construção das plantas de esterificação, o que fez que Manuelita e BioD fossem os maiores compradores de fruto do Leste da Colômbia e do país (RUEDA-ZÁRATE; PACHECO, 2015, p. 20). Desse modo, os capitais maiores conseguem subordinar outros capitais de menor tamanho pela via da integração e as exigências de qualidade para os subprodutos a serem agroprocessados.

A dominância territorial através da subordinação pela via da compra de fruto oriundo dos municípios de Meta e Casanare, além da venda dos produtos no mercado nacional (agrodiesel) e internacional (óleo), faz que Manuelita seja o modelo de Responsabilidade Social no território. Isso significa que a empresa tem posto em prática programas sociais e ambientais reportados nos relatórios entregues desde 2013 para o Global Compact, com isso, tem conseguido que a imagem corporativa da empresa, e, na sequência, do setor palmeiro nacional e do Leste da Colômbia, sejam um exemplo de gestão social e ambiental, ou seja, de governança territorial corporativa que tem consequências positivas nos mercados (AMILHAT, 2010).

Nos programas relatados comparecem os interesses particulares da empresa no que tem a ver com aspectos políticos e econômicos do controle territorial. Um desses interesses é a migração de trabalhadores oriundos do Norte (Departamentos de Cesar, Bolívar e Magdalena) e do Sudoeste (Departamentos de Cauca e Valle del Cauca) do país (Mapa 2). Os trabalhadores do Norte, os “costeños” vêm de áreas de controle corporativo de empresas palmeiras e de controle militar de paramilitares, as causas para saírem estão atreladas tanto aos salários e desemprego, quanto ao temor e perseguição dos paramilitares e da guerrilha. Os trabalhadores do Sudeste são oriundos ora de territórios afro, ora de áreas de plantações de palma ou cana-de-açúcar, onde trabalhavam em funções agrícolas (PIÑEROS, 2016).

Mapa 2. Departamentos de origem dos trabalhadores da palma azeiteira



A justificativa não voluntária para esse tipo de programas está nas exigências do Estado para a formalização de trabalhadores, quer dizer, deter a terceirização de trabalhadores, especialmente das funções agrícolas (nas quais são contratados, mormente migrantes). Essa exigência é produto do Tratado de Livre Comercio (TLC) com os Estados Unidos em 2011, os sindicatos de trabalhadores desse país pressionaram os governos para garantir em cinco setores estratégicos: palma azeiteira, cana-de-açúcar, mineração, floricultura e portos, a ação dos sindicatos e melhorar as condições de trabalho através da contratação direta dos trabalhadores (CTC; CUT, 2014).

Os programas criados atingiram três dos vilarejos (inspecciones de policía) onde moram trabalhadores da empresa: Surimena e Palmeras no município de San Carlos de Guaroa e Dinamarca no município de Acacías, localizados em pontos diferentes de acesso às plantações e as plantas de agroprocessamento. O primeiro tipo de programa foca na autoconstrução de casa pelos trabalhadores, outro tipo é de melhoramento da casa e o mais recente, em 2014, é a construção de vivenda social em um tipo de parceria público-privada. Esses programas têm permitido o fechamento total ou parcial de alojamentos (campamentos), onde moram os trabalhadores nas temporadas de safra.

Fotografia 1. Tipos de moradia de trabalhadores em Surimena (San Carlos de Guaroa, Meta)



Tipos de moradia de trabalhadores em Surimena (San Carlos de Guarua, Meta)

1 y 2 Com com material recuperado na periferia do vilarejo

3 Alojamento (campamento) da empresa Manuelita, construído na década de 1990, hoje está desabilitado.

4 Construção do projeto de moradia social "Villas de Surimena" em 2014

Fonte: PIÑEROS, 2014, 2017.

A intervenção para conter a migração de trabalhadores através da construção e melhoramento da moradia de famílias em vilarejos rurais, constitui uma estratégia de imobilização da força de trabalho (LEITE LOPES, 1996; GAUDEMAR, 1977). O uso corporativo do território passa a controlar o espaço de trabalho e de moradia, como colocado por Leite Lopes (1996) a "fábrica-vila/bairro operário" de economias de enclave expressa o controle e segmentação da força de trabalho. Quer dizer, junto aos beneficiários dos programas de moradia, também comparece os trabalhadores informais, trabalhadores de outras empresas palmeiras, migrantes, desempregados etc., e ainda mais, as novas gerações que reproduzem a força de trabalho disponível para a empresa.

Usina Conquista do Pontal (Odebrecht), renovando uma geração de força de trabalho

Como supracitado, o grupo Odebrecht possui a Usina Conquista do Pontal (Mirante do Paranapanema) que controla uma grande parte da área plantada de cana-de-açúcar e a produção de etanol e açúcar no Pontal do Paranapanema. A divisão Odebrecht Agroindustrial que comanda as usinas de agroprocessamento se filiou ao Global Compact em 2016¹³, em um momento em que o grupo defrontava uma crise política e econômica por sua cassação na rede

¹³ <https://www.unglobalcompact.org/what-is-gc/participants/84901-Odebrecht-Agroindustrial>

de corrupção investigada na operação Lava Jato. Sem dúvida, a participação voluntária no Global Compact e o compromisso de apresentação de relatórios são estratégias para difundirem as boas práticas empresariais, se afastando da má imagem corporativa. No entanto, o grupo participa desde 2010 da certificação Global Reporting Initiative¹⁴, criada nos Estados Unidos em 1997, e publica relatórios anuais pautados por princípios atrelados aos aspectos sociais, ambientais e posição dos produtos no mercado.

A empresa é um dos atores na disputa pelo território no Pontal do Paranapanema, na qual intervêm camponeses e assentados da reforma agrária, os quais resistem nas margens e no meio dos canais e as usinas. A mudança técnica pautada pela mecanização do plantio tem sido alavancada pelo cumprimento da lei, os compromissos setoriais, a substituição de uma geração de trabalhadores de corte manual e o aumento do lucro, tudo isso faz parte da mudança na divisão territorial do trabalho no Pontal do Paranapanema (BARRETO, 2013; THOMAZ JUNIOR, 2009).

A mudança do patamar tecnológico é produto de uma aliança entre Capital-Trabalho-Estado, ou seja, o capital canavieiro (União da Indústria de Cana de Açúcar -UNICA- e a Organização de Plantadores de da Região Centro-Sul -ORPLANA-), o Estado de São Paulo (Secretaria de Meio Ambiente e Secretaria de Agricultura) e um dos representantes da classe trabalhadora (Federação de Empregados Rurais do Estado de São Paulo -Feraesp-). Nessa aliança é assinado o Protocolo Agroambiental em 2007, que compromete a cada um dos envolvidos adiantarem ações que “estimulem a sustentabilidade da cadeia produtiva da cana-de-açúcar, etanol verde e bioenergia” (UNICA, 2015, p. 6).

No contexto do Protocolo Agroambiental foi considerado o Projeto Renovação, focado na “recontratação” dos trabalhadores dispensados pelos efeitos da mecanização, quer dizer, reaproveitar a força de trabalho ou capacitá-la para se inserir em outro mercado de trabalho (UNICA, 2015, p. 12). Além disso, as mudanças exigiram uma nova geração formatada nas novas competências do setor canavieiro mecanizado, isso significou a utilização do sistema educativo nos níveis médio, técnico e universitário, isto é, exercer uma captura da subjetividade das novas gerações para ter força de trabalho capacitada e disponível.

Uma das consequências desse processo no Estado de São Paulo é a radicalização do desemprego e a expulsão da maior parte dos trabalhadores migrantes, muitos destes oriundos do Nordeste, os “órfãos da cana”, como foram denominados na reportagem da Folha de São

¹⁴ Cfr. <https://www.globalreporting.org/Pages/default.aspx>

Paulo em Junho de 2017 (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017). Decorrente disto, no Pontal do Paranapanema a força de trabalho atrelada a funções agrícolas, seja nas funções de mecanização (motorista de caminhão colhedeira, tratorista etc.) seja nas funções de serviços vários, acaba sendo contratada entre a população fixa das áreas urbanas e rurais (assentamentos, fazendas e sítios) dos municípios próximos, especialmente de Teodoro Sampaio, Mirante do Paranapanema, Sandovalina, Euclides da Cunha Paulista e Marabá Paulista, entre outros.

Nessa linha, a empresa tem se beneficiado dos cursos oferecidos pelo programa RenovAção, tanto no âmbito da requalificação voltada para as demandas das usinas, quanto da RenovAção comunidade, que visa à “capacitação de pessoal da comunidade e ex-cortadores de cana”. Esse programa capacitou 289 turmas entre 2010 e 2014 nas unidades do Senai-SP, das quais 5.558 pessoas concluíram os cursos e receberam o certificado (UNICA, 2015, p. 17).

Nesse contexto, a Odebrecht tem implantado o programa Acreditar Jr desde 2014 em todas as unidades que possui no Brasil. A empresa renomeou o programa RenovAção para criar uma imagem corporativa própria através do discurso de “contribuir para [o] desenvolvimento das comunidades onde a Empresa está inserida” (ODEBRECHT AGROINDUSTRIAL, 2017). No período 2016-2017 a empresa fez “investimento sustentável” de R\$ 3,1 milhões no programa, formando durante ano e meio um número de 415 jovens das comunidades próximas das unidades.

O objetivo do programa sinaliza o interesse do grupo diante a construção de uma hegemonia baseada na sua imagem social, o controle territorial e a formação de força de trabalho disponível:

A formalização do vínculo dos participantes como aprendizes ao longo do programa garante a remuneração de acordo com os parâmetros legais previstos para menores aprendizes e promove o desenvolvimento local e a disponibilidade de mão de obra qualificada para a Empresa. (ODEBRECHT, 2017, p. 59)

Na figura X a empresa faz marketing via Facebook da turma formada no ano 2016 em Teodoro Sampaio (SP). A interação através dos comentários e hashtag¹⁵ da rede social permite que trabalhadores e comunidade expressem seu engajamento e satisfação por fazer parte da equipe Odebrecht.

¹⁵ Os hashtag “transformam tópicos e frases em links clicáveis em publicações da sua Linha do Tempo pessoal ou Página. Isso ajuda as pessoas a encontrarem publicações sobre assuntos nos quais têm interesse” (FACEBOOK, 2017).

Figura 1. Divulgação no Facebook do Programa Acreditar Jr em Teodoro Sampaio SP (2016)



Fonte: (ODEBRECH AGROINDUTRIAL, 2016)

Sem dúvida, a RSE materializados nos programas, marketing empresarial e todas as ações voltadas para o controle dentro do local de trabalho e nas comunidades próximas, fazem que a empresa seja enxergada como fator de desenvolvimento e emprego para todos, especialmente para os jovens. Além disso, esses relatórios e programas são colocados como princípios que ajudam na obtenção de outros selos, os quais reproduzem a ideologia da sustentabilidade empresarial e garantem a venda dos produtos da cana em mercados específicos.

Isto é, o agrohidronegócio canavieiro está conseguindo através da sua ideologia da sustentabilidade controlar a mobilidade territorial do trabalho dos jovens oriundos das sedes dos municípios, sítios e dos assentamentos da luta pela terra no Pontal, assegurando a desejada disponibilidade de força de trabalho nas funções de mecanização e agroprocessamento.

Considerações finais

A análise da territorialização estratégica em dois cultivos flexíveis atrelados ao aumento da produção de commodities e agrocombustíveis na América Latina nos permitiu aprofundar em aspectos da hegemonia do Capital, a qual avança nos territórios construindo consenso por meio da RSE. A legitimação focaliza na ideologia da sustentabilidade e desenvolvimento diante as autoridades locais e as comunidades acaba sendo uma estratégia que vai além da utilização da força física, e se baseia em relações paternalistas e organização

toyotista do trabalho que atrelam a dominância do capital sem a intermediação do Estado, uma forma de governança territorial neoliberal, na qual o Capital administra estrategicamente a questão social (ALVES, 2011; ACSELRAD, 2016; MÉSZÁROS, 2007).

A multiescalaridade dessa territorialização estratégica se transparenta quando afundamos na lógica dos selos e certificações de RSE. O primeiro elo da territorialização é a consolidação do uso corporativo do território, que está atrelado aos princípios exigidos nos selos e certificações internacionais, ou seja, a ação local das empresas faz parte do poder corporativo mundializado do capital, que controla as normas internacionais de qualidade da mercadoria, de acordo com as exigências dos consumidores nos países do Norte Global.

Outro elo está na aplicação local das normas ou exigências dessas certificações, comparecendo o pragmatismo empresarial, focando os programas para as necessidades de controle da força de trabalho. Nos casos estudados na Colômbia e no Brasil é notável o controle da mobilidade do trabalho pela via da imobilidade, seja com programas de moradia ou com formação profissional nas ocupações que a empresa precisa. As duas estratégias focam na criação de uma força de trabalho disponível, a qual não tem certeza de manter o emprego, mas fica sujeitada em diferentes graus ao mercado de trabalho local do agrohidronegócio.

Referências

- ACSELRAD, H. As comunidades tradicionais, as grandes empresas e suas territorializações estratégicas. In: PIRES, C.; HEIDRICH, A.; DA COSTA, B. **Plurilocalidade dos sujeitos: representações e ações no território**. Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2016. p. 150-163.
- ALVES, G. **Trabalho e Subjetividade**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- AMILHAT, A.-L. La prise de position des acteurs privés dans la gouvernance territoriale: enjeux, opportunités, risques. In: AMILHAT, A.-L. **Les acteurs privés dans la gouvernance en Amérique Latine: firme et territoire en Amérique Latine**. [S.l.]: Institut de recherche et débat sur la gouvernance, 2010. p. 6-16.
- ARANGO, L. G. **Trabajo, religión e industria. Fabricato 1923-1982**. Bogotá: Editorial Universidad de Antioquia/Universidad Externado de Colombia, 1991.
- BARRETO, M. J. **Territorialização das Agroindústrias Canavieiras no Pontal do Paranapanema e os Desdobramentos para o Trabalho**. 2011. 245 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista/Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.
- BATISTA, E. **A insustentável teoria da sustentabilidade. Ideologia e reificação no discurso empresarial da responsabilidade social no Brasil**. 2013. 257 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Estadual Paulista/Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília.

- BORRAS JR, S. et al. Aproximación a la dinámica política de los cultivos y las materias primas flexibles: implicaciones para la investigación y la incidencia política. **Serie de documentos de reflexión sobre cultivos y materias primas flexibles**, La Haya, n. 1, p. 20, 1 jun. 2014.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- CLAPP, J.; FUCHS, D. **Corporate power in global agrifood governance**. Massachusetts: MIT, 2009.
- CLAPP, J.; SUCHS, D. Agrifood corporations, global governance and sustainability: a framework for analysis. In: CLAPP, J.; SUCHS, D. **Corporate Power in global agrifood governance**. Londres: MIT Press, 2009. p. 1-25.
- CTC; CUT. **Tres años de incumplimiento del Plan de Acción Laboral Obama-Santos**. Bogotá: [s.n.], 2014.
- FACEBOOK. Central de ajuda. **Como faço para usar os hashtags?**, 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/help/587836257914341?helpref=faq_content>. Acesso em: 25 agosto 2017.
- FAO; IFAD; UNCTAD; BANCO MUNDIAL. **Principles for Responsible Agricultural Investment that Respects Rights, Livelihoods and Resources**. [S.l.]: [s.n.], 2010.
- FAOSTAT. Food and Agricultural commodities production / Countries by commodity, 23 jun. 2017. Disponível em: <http://faostat3.fao.org/browse/rankings/countries_by_commodity/E>.
- FEDEPALMA. **Anuario estadístico**. Bogotá: Fedepalma, 2015.
- FIGARI, C.; GINIGER, N. Responsabilidad social empresaria y pacto global: bases para una reflexión conceptual. **Revista latino-americana de estudos do trabalho**, n. 31, p. 41-70, 2014.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Órfãos da cana. Mecanização da lavoura cria legião de ex-boia frias desempregados e com problemas de saúde, São Paulo, 30 Junho 2017.
- GAUDEMAR, J. P. D. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.
- GINIGER, N. Doctrina Social de la Iglesia y Responsabilidad Social Empresaria: ética y política del neoliberalismo. **Sociedad y Religión**, Buenos Aires, v. XXIV, n. 42, p. 34-66, Octubre 2014.
- GLOBAL COMPACT. **Our Participants**, 2017. Disponível em: <https://www.unglobalcompact.org/what-is-gc/participants/search?utf8=%E2%9C%93&search%5Bkeywords%5D=&search%5Bper_page%5D=10&search%5Bsort_field%5D=&search%5Bsort_direction%5D=asc>. Acesso em: 26 Agosto 2017.
- GORESTEIN, S.; ORTIZ, R. La conquista de las transnacionales. Estrategias empresarias y marcos regulatorios en los mercados agroalimentarios. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 262, p. 64-76, Marzo-Abril 2016.
- GRACIOLI, E.; TOITIO, R. Responsabilidade social empresarial como aparelho de hegemonia. **Lutas sociais**, São Paulo, v. 21-22, p. 162-178, 2 sem 2009.
- LEITE LOPES, S. Formas comparadas de imobilização da força de trabalho. Fábricas com vila operária tradicionais e grandes projetos. **Lusotopie**, Pessac, p. 285-298, 1996.
- MANUELITA S.A. **Informe de Sostenibilidad 2012**. s.d.: Manuelita S.A., 2013.
Informe de Sostenibilidad 2015-2016. s.d.: Manuelita, 2017.
- MCMICHAEL, P. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo: Editora UNESP-UFRRGS Editora, 2016.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: Rumo a uma teoria da transição**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOREIRA, R. **O que é geografia?** 2a. ed. Brasília: Coletivo Território Livre, 2009.

ODEBRECH AGROINDUTRIAL. **Facebook**, 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/OdebrechtAgroindustrial/photos/a.508192022564753.120845.481885258528763/1291025317614749/?type=3&theater>>. Acesso em: 15 dezembro 2016.

_____. **Relatório anual. Safra 2016/2017**. s.d.: Odebrecht, 2017.

_____. Odebrecht Agroindustrial. **Programa Acreditar Jr**, 2017. Disponível em: <<http://www.odebrechtagroindustrial.com/pt-br/programa-acreditar-junior>>. Acesso em: 15 Agosto 2017.

O'LAUGHLIN, B. Governing Capital? Corporate Social Responsibility and the limits of regulation. **Development & Change**, La Haya, v. 39, n. 6, p. 945–957, 2008.

OLIVEIRA, A. U. D. **A mundialização da agricultura brasileira**. XII Coloquio Internacional de Geocrítica. [S.l.]: [s.n.]. 2012.

PIÑEROS, R. **O avanço do agrohídronegocio na Altillanura colombiana no século XXI e seus desdobramentos para o trabalho dos camponeses e de comunidades tradicionais**. XI ENANPEGE. Presidente Prudente: ENANPEGE. 2015. <http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/7/225.pdf>.

_____. **Movilidad del capital y del trabajo en el agronegocio de la Palma de Aceite y Caña de Azúcar en la Altillanura colombiana**. VIII congreso Latinoamericano de Estudios del Trabajo. Buenos Aires: Agosto 3-5. 2016.

PIÑEROS, R. Aportações para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 20, n. 36, p. 58-81, 2017.

RAMIRO, P.; PULIDO, A. **Las multinacionales españolas y el negocio dela responsabilidad. Análisis de la Responsabilidad Social Corporativa de las empresas trasnacionales en Colombia**. Bogotá: OMAL- Asociación Paz con Dignidad, 2009.

RUBIO, B. **El dominio del hambre. Crisis de hegemonía y alimentos**. Segunda. ed. Ciudad de México: Universidad Autónoma de Chapingo-Universidad Autónoma de Zacatecas, 2015.

RUEDA-ZÁRATE, A.; PACHECO, P. **Políticas, mercados y modelos de producción. Un análisis de la situación y desafíos del sector palmero en colombiano**. Bogor Barat: Centro para la Investigación Forestal Internacional, 2015.

SARTORE, M. Da filantropia ao investimento socialmente responsável: novas distinções. **Caderno CRH**, Salvador de Bahia, v. 25, n. 66, p. 451-464, Set./Dez. 2012.

SILVEIRA, M. L. Los territorios corporativos de la globalización. **Geograficando**, La Plata, v. 3, n. 3, p. 13-26, 2007.

_____. El territorio usado, un caleidoscopio de divisiones del trabajo. **Revista Geografías del Sur**, Concepción (Chile), v. V, p. 15-34, 2014.

THOMAZ JUNIOR, A. Se Camponês, se Operário! Limites e Desafios para a Compreensão da Classe Trabalhadora no Brasil. In: THOMAZ JUNIOR, A. (). **Geografia e trabalho no século XXI**. Presidente Prudente: Centelha, v. II, 2006.

_____. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI: Limites explicativos, Autocrítica e Desafios teóricos**. 2009. 985f. Tese (Livre Docência em Geografia do Trabalho) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente.

_____. O agrohídronegocio no centro das disputas territoriais e de classes no Brasil do século XXI. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, Maringá, v. 5, n. 10, p. 32-122, agosto 2010. ISSN 1803-6271.

_____. Territórios em disputa e movimento territorial do trabalho e da classe trabalhadora. **Pegada**, v. 14, n. 2, p. 1-24, 2013.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das letras, 1991.

UNICA. **Projeto RenovAção. Qualificação transformando vidas**. s.d.: [s.n.], 2015.

UTTING, P. The Struggle for Corporate Accountability. **Development and Change**, La Haya, v. 39, n. 6, p. 959-975, 2008.

WEISS, A. Responsabilidad social de las empresas en una sociedad de "afectados". **Innovar**, Bogotá, n. 22, p. 43-54, Julio-Diciembre 2003.